

Cultura, Gênero e Cotidiano

Maria Izilda S. de Matos (PUC/SP- Simpósio28)

Os estudos sobre gênero e cotidiano vêm atraindo a atenção de vários historiadores, podendo-se dizer que hoje a produção historiográfica sobre o tema é significativa e vêm trazendo contribuições destacadas na área. Essa pesquisa procura refletir sobre as relações cultura, gênero e cotidiano na cidade de São Paulo, no período de 1890-1930.

As novas perspectivas e influências abertas pelos estudos do cotidiano e gênero possibilitaram a reorientação do enfoque histórico, com o desmoronamento da continuidade, o questionamento de abordagens globalizantes, bem como da universalidade do discurso histórico. Tiveram como preocupação abrir trilhas renovadoras, desimpedidas de cadeias sistêmicas e de explicações causais, criar possibilidades de articulação e inter-relação, recuperar diferentes sensações, promovendo a descentralização dos sujeitos históricos dentro de um discurso histórico convencional. Dessa forma, além de questionar os paradigmas históricos tradicionais, vêm colocando novas questões, descobrindo novos corpos documentais e também discutindo as polarizações entre masculino-feminino, público-privado, espaço-tempo, campo-cidade, sujeito-objeto.

Os conceitos, sentidos e práticas do público e do privado, seja quanto a espaço, ação ou propriedade, não são universais nem estáveis. O processo de construção e de segmentação do público/privado carrega na sua trajetória inter-relações desenvolvidas através de um discurso legitimador que vem atrelado desde a origem a um ocultamento de toda uma tensão e indefinição entre esses aspectos. No decorrer dos tempos, as linhas de demarcação entre público e privado foram traçadas de modos distintos, podendo-se perceber momentos em que as atividades familiares e públicas se mesclam e outros em que estão explicitamente diferenciadas. Criando a necessidade de recuperar a dinâmica entre o público e o privado, sabendo que esses elementos são social, cultural e historicamente redefinidos, para perceber a não polaridade entre eles e atentar para a existência de uma dinâmica de poder que age em ambos.

A esfera do público não deve ser simplesmente identificada com a esfera do poder e da autoridade. As contemporâneas redefinições do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano, a politização do privado e a privatização do público são novos desafios à interpretação crítica do historiador e permite a ampliação de questões metodológicas importantes.

Numa Paulicéia Desvairada

Em torno de São Paulo construiu-se a imagem da modernização, uma cidade em constante transformação. Seus habitantes e a própria historiografia parecem ter assumido o destino da cidade este emblema de modernidade, deixando de focalizar outras questões e tensões presentes na cidade.

Entre o final do século XIX e início do XX, a capital paulista consolidou-se como o grande centro capitalista, integrador regional, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços, fatores nitidamente vinculados ao crescimento da produção cafeeira. A política desencadeada pela cafeicultura paulista, estimulando e promovendo intensamente a imigração, em proporções bem superiores às possibilidades de emprego no campo, favoreceu muito o crescimento da população urbana.

Nesse processo, a problemática da cidade foi delineada enquanto questão - a chamada questão urbana - encontrando-se atravessada pelos pressupostos da disciplina e da cidadania, passando a cidade a ser reconhecida enquanto espaço de tensões. A primeira via a focalizar a cidade de São Paulo como uma "questão" foi a higiênico-sanitarista, conjugando o olhar médico com a observação/transformação do engenheiro, junto a uma política de intervenção de um Estado planejador/reformador, que procurou de todas as formas neutralizar o espaço, dar-lhe uma qualidade universal e manipulável, através da "racionalidade e objetividade" da ciência, que tem função-chave na sua luta contra o "arcaico pela ordem e progresso", caminhando conjuntamente ao desejo já latente e generalizado de "ser moderno", em que a cidade aparece como sinônimo de progresso em oposição ao campo. Conjuntamente à questão urbana constroem-se a questão social com o surgimento da pobreza e a identificação do outro - o pobre, o imigrante.

Nessa Paulicéia as tensões urbanas emergiam vivenciadas de forma fragmentada e diversificadas por seus habitantes (nacionais e imigrantes, homens e mulheres, brancos e negros, em diferentes ocupações: leiteiras, operários, carroceiros, lavadeiras), o que contrasta com as representações nos estudos acadêmicos e técnicos e nas fontes oficiais, onde a cidade apresenta-se como unidade.

Cotidiano e Domicílio

Procurando refletir sobre cultura, cotidiano e gênero, intenta-se destacar alguns aspectos sobre a organização do trabalho no espaço "porta a dentro", pretende-se penetrar na organização de tempo e espaço nesse universo, onde, ao contrário das transformações urbanas mais explícitas, as alterações viabilizavam-se de formas veladas.

As transformações no espaço urbano e no interior da família são indissociáveis. A ampliação do campo de ação da medicina, e em particular da higiene, influencia diretamente a cidade e as casas. O trabalho doméstico se alterou nessa passagem de século em relação estreita com os surtos de febre e epidemias e com a difusão de novas normas de higiene, canalização de água, ordenação de um comércio de abastecimento de víveres. Mas, as transformações "porta adentro" ocorriam de forma lenta, irregular e, até, resistente.

O cotidiano do trabalho na cozinha foi se alterando com a paulatina introdução dos fogões a gás. As práticas alimentares mudaram consideravelmente, a alimentação tornou-se mais variada e, correlativamente, o trabalho de preparação tornou-se maior. Nesse sentido houve forte influência do processo de imigração, ao introduzir e difundir uma gama variada de novos hábitos, receitas e preceitos alimentares.

Além do preparo do alimento, os serviços de cozinha incluíam o fazer pão, pilar e moer o milho e o arroz, pilar, torrar e moer o café, refinar o açúcar e o sal, preparar a banha, defumar carnes e fazer sabão; também havia o abate, limpeza e preparação de aves e animais de pequeno porte, podendo incluir o trato do galinheiro, da horta e do pomar, e até vendas ocasionais de excedentes desses produtos.

A rotina se diferenciava de casa para casa. Nas residências com muitos empregados havia rigorosa hierarquia e delimitações de funções, sendo que alguns mais especializados chegavam a se recusar a realizar serviços para os quais não tinham sido contratados. A cozeira, além do serviço de mesa, era encarregada dos cuidados com as louças, cristais e prataria. As governantas eram empregadas em lares sem dona de casa, de homens viúvos e solteiros, ou por famílias que desejassem entregar toda a responsabilidade sobre os demais criados para uma senhora. Como mostram os anúncios na imprensa, as alemãs eram as preferidas para essa função, por sua suposta autoridade e dinâmica de trabalho.

Lavando a Roupa Suja

A posição geográfica da capital paulista, cercada pelos rios Tietê, Tamanduateí, Anhangabaú e Pinheiros, facilitava o trabalho das lavadeiras, uma das ocupações autônomas mais procuradas pelas mulheres, tanto imigrantes, quanto nacionais, prioritariamente as casadas, hábeis no lavar, alvejar, secar, passar e engomar.

A lavagem de roupa era uma das funções mais essenciais em qualquer moradia. As famílias de posses usavam grande quantidade de roupa branca no seu cotidiano, roupas de cama, mesa e banho, e também as próprias roupas de homens, mulheres e crianças, que em geral exigiam cuidados especiais no lavar, passar e engomar.

A maioria das casas não possuía uma fonte direta de água, e as instalações de água encanada não estavam difundidas no início do século XX. Assim, poucas eram as lavadeiras que tinham um local privado para lavar a roupa. No período de seca, as lavadeiras iam lavar suas encomendas no Tamanduateí. O trabalho junto ao rio possibilitava o relacionamento também com canoeiros, pescadores e carroceiros, que se encantavam com o cantarolar de lavadeiras. Costume bastante difundido, o canto ritmava o trabalho de lavar, esfregar, torcer e bater, que realizado em grupo possibilitava às mulheres trocar experiências do dia-a-dia. Num contexto de tagarelice e camaradagem, informavam-se sobre os problemas da vizinhança, transmitiam e mantinham as tradições, como

receitas, remédios, histórias, rezas. Assim, o trabalho coletivo revigorava vínculos de vizinhança que significavam lazer, solidariedade material e afetiva, mas também controle e regulação das condutas e procedimentos.

A organização e o ritmo do trabalho de lavagem, em geral ao ar livre, sofriam interferência das condições climáticas da cidade: o frio, a chuva e a famosa garoa de São Paulo dificultavam a execução do trabalho e da secagem, além de provocar atrasos nas entregas.

O crescimento urbano ampliou as dificuldades habitacionais e sanitárias em São Paulo, que passou a ser atingido por graves problemas epidêmicos. O setor médico, aliado aos poderes públicos, desde os finais do século XIX procurava encaminhar providências para sanar essas dificuldades. Entre as medidas tomadas, procurou-se organizar a distribuição e generalização da água encanada, não sem a resistência da população.

Para conter os protestos populares, particularmente das lavadeiras do Brás e outros bairros pobres, foram instaladas torneiras no lugar de antigos chafarizes, na porta de cortiços ou no final de algumas ruas - uma única torneira para abastecer toda a população de uma área.

As trabalhadoras externas (lavadeiras, engomadeiras) enfrentavam, além da faina cotidiana do seu trabalho doméstico, as obrigações com a freguesia, os prazos para a entrega das encomendas. Encaravam cotidianamente a sobreposição de tarefas e obrigações, com um tempo picotado e constantemente reconstruído, percorrendo grandes distâncias (já que era proibido utilizar bondes com pacotes de roupas sujas) com pesadas e volumosas trouxas de roupa suja ou limpa.

As imagens deixadas das lavadeiras foram sempre de mulheres muito dispostas para o trabalho, muitas delas chefes de família obrigadas a improvisar suas fontes de subsistência, vivendo precariamente. O esforço para trazer à família recursos monetários marginais, vitais em caso de crise, sempre acarretou um aumento da atividade feminina, levando as mulheres a reproduzir as ocupações desenvolvidas nos quadros domésticos, como lavar, passar e engomar, que passaram a constituir para as mulheres pertencentes aos estratos sociais mais baixos uma opção de ocupação remunerada, impondo-lhes uma jornada de trabalho ampla numa extensão de sua própria atividade doméstica e com míseros ganhos.

Em momentos da trajetória de vida feminina, no eventual impedimento de realizar atividades externas ao lar que dificultassem a rotina doméstica, as mulheres tinham na roupa para lavar e passar uma oportunidade de ganho para sustentar os filhos ou completar a renda familiar. Assim, procurando harmonizar o exercício da maternidade com atividades outras que lhes permitissem garantir a subsistência, as mulheres recorriam a esta estratégia.

Essas mulheres conheciam as técnicas e os segredos de sua ocupação, estratégias para branquear, engomar e passar a roupa, além de produzirem elas próprias o sabão e a goma:

“ Minha vó era do tempo da escravidão, o serviço dela era de lavar roupa para fora...minha vó até fazia sabão em casa, sabão de cinza, né...cozinha sebo...a potassa, que era a soda..., não usava candida mas uma folha larga que chamava pariparoba. Então a gente pegava aquelas folhas e esfregava com a roupa né, com sabão... ficava nova, parecia uma neve de tão branca que ficava a roupa. Então a gente ficava a noite todinha engomando roupa...fazia também a goma com amido ...às vezes era cru né, aqueles saiotos que existia naquela época, é...bem duro, então a goma era cozida;...camisa de homem, então a gente tinha que ter uma goma mais fraca, então era uma, então era crua. E naquela época não tinha esse ferro elétrico, era ferro a de carvão. Então a gente limpava bem o ferro, punha o carvão dentro do ferro né, e com brasa de carvão aí ele esquentava né. Aí a gente fechava o ferro e começava a passar a roupa...quando acabava o carvão e já tinha que ir lá pôr carvão outra vez. De repente, às vezes, o ferro abria. Tava engomando aquelas camisas limpinhas né, aí de repente o ferro abria. Ai! Voava carvão por cima das camisas suja tudo, perdia todo o trabalho”.¹

Além de serem reconhecidas como mulheres dispostas para o trabalho - executando suas funções como mães e esposas e realizando a tarefa da lavagem como estratégia de sobrevivência na dura situação de carestia desses anos da passagem do século e inícios do século XX - eram tidas como "quem não leva desaforo para casa", pois cotidianamente se envolviam em brigas e acabavam parando na polícia.

Os conflitos cotidianos envolvendo lavadeiras estão presentes na imprensa diária e nos relatórios dos chefes de polícia. Um brigavam porque passaram à sua frente na utilização da bica, porque "sujou a minha roupa no quaradouro", "porque me deu com o tamanco na cabeça", "por ter retirado um bambu de estender roupa e ter insultado com palavras obscenas", e muitas foram às disputas por espaço nas cordas de estender roupa.

Acreditava-se, no início do século, que os "miasmas" empestavam o ar e a água, sendo a sujeira veículo de contaminação. As autoridades higiênicas de São Paulo alertavam que as mulheres que recolhiam roupa para lavar em tinas comunitárias nos cortiços misturavam as roupas e contaminavam as famílias, reforçando a idéia corrente de que o pobre contaminava o rico.

As preocupações com a água consumida pela população da Capital fizeram com que as lavadeiras fossem proibidas de realizar seu trabalho nos rios, pois as águas daí encanadas para uso da população poderiam ser por elas contaminadas. O setor médico, aliado aos poderes públicos, procurava encaminhar providências para sanar as dificuldades sanitárias. Entre as medidas tomadas, procurou-se ampliar a distribuição e generalização da água encanada.

Foram várias as formas de normatizar essa atividade. A lavagem de roupa para as famílias foi perdendo gradativamente, mas não sem resistência, o seu caráter público e externo, em particular o uso das margens dos rios e chafarizes, a prática de quarar em espaços públicos e de secar nas pontes dos rios e praças da cidade. Essa função passou a ser realizada **prioritariamente**, embora não de forma exclusiva, nos domicílios dos patrões, onde as lavadeiras passaram a trabalhar como mensalistas e,

¹. Banco de memórias de Famílias negras, Lembranças de D. Ilma Rosa Oliveira, p. 3.

principalmente, diaristas. Assim, nos quintais, utilizando-se de grandes bacias de madeira ou tinhas, em "repuxos com tanques" e água encanada, lavavam, quaravam, estendiam as roupas em cordas sustentadas por bambus para secar ao sol. Gradativamente incorporada ao cotidiano, essa prática se corporifica no ditado popular "roupa suja se lava em casa".

Entre Paredes e na Cidade

A implantação da ação reformadora num quadro de transformações urbanas mais amplas vai atribuindo novos significados ao público e ao privado, que sofrem variações tanto no próprio espaço como no tempo, sendo difícil e problemático delinear-los em abstrato, sem relacioná-los ao objeto pesquisado. Deve ter como preocupação explícita libertar-se de conceitos abstratos e universais e ao mesmo tempo resgatar as experiências de outros protagonistas, restringindo o objeto analisado e procurando desconstruí-lo no passado, o que permite a redescoberta de situações inéditas, não no sentido de apontar o excepcional, mas de descobrir o que até então era inatingível.

É indiscutível a contribuição da produção de gênero na ampliação das visões do conhecimento, mas ainda há muito mais por ser feito, já que grande parte dos objetos a serem conhecidos ainda está encoberta por evidências inexploradas. Nesse sentido, os estudos de gênero e do cotidiano reconhecem a pesquisa empírica como elemento indispensável para detectar o movimento de constituição de sujeitos, analisando as transformações por que passaram e como construíram suas práticas cotidianas. Não é tanto a falta de documentação sobre as mulheres e homens, mas a noção de que tais informações não teriam a ver com os "interesses do pesquisador", que gerou a "invisibilidade" das mulheres. Assim, resta ao pesquisador questionar, nova e diferentemente, fragmentos filtrados pela consciência hegemônica dos documentos oficiais e da Igreja e trazer à luz uma diversidade de documentações, um mosaico de pequenas referências esparsas, que vão desde a legislação repressiva, fontes policiais, ocorrências, processos-crimes, ações de divórcios, até canções, provérbios, literatura, cronistas, memorialistas e folcloristas, sem esquecer as correspondências, memórias, manifestos, diários, materiais iconográficos, fontes eclesiásticas e médicas. Os jornais, a imprensa feminina, a documentação oficial, cartorial e censos não são descartados, bem como a história oral, que vem sendo utilizada de maneira inovadora. Assim, a dificuldade do pesquisador está mais na fragmentação do que na ausência da documentação, o que requer uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, uma leitura detalhada para esmiuçar o implícito, para descortinar o passado.

Os estudos de gênero e do cotidiano têm se mostrado como um campo multidisciplinar, com uma pluralidade de influências, na tentativa de reconstituir experiências excluídas. Por outro lado, a variedade de novas abordagens também renova os olhares sobre o passado e o presente, incorpora a diversidade e a multiplicidade de interpretações, abrindo o campo para a análise de expressões **culturais**, modos de vida, relações pessoais, redes familiares, étnicas e de amizade entre mulheres e

entre mulheres e homens, seus vínculos afetivos, ritos e sistemas simbólicos, construção de laços de solidariedade, modos e formas de comunicação e de perpetuação e transmissão das tradições, formas de resistência e lutas até então marginalizadas nos estudos, propiciando um maior conhecimento sobre mulheres e homens.

O enfoque cultural faz emergir outras manifestações passadas e presentes da experiência coletiva e individual de mulheres e homens, em particular de um grande contingente não enquadrado em organizações, propicia aos pesquisadores a possibilidade de análise do mundo privado e de esferas de informalidade. Nesse sentido, é importante observar as diferenças sexuais enquanto construções culturais, lingüísticas e históricas, que incluem relações de poder não localizadas exclusivamente num ponto fixo - o masculino -, mas presente na trama política. Bem como, investigar os discursos e as práticas que garantem o consentimento feminino às representações dominantes e naturalizadas da diferença, o que não excluiria que à incorporação da dominação às variações, manipulações, táticas, recusas e rejeições por parte das mulheres, complexificando as relações de dominação.

Questões metodológicas importantes vêm sendo colocadas, sem abstração do engajamento político do sujeito do conhecimento. A politização do cotidiano pressupõe uma comunicação entre o pesquisador e os testemunhos, envolve a interação do sujeito com o objeto, sem uma neutralidade prefixada, criando uma verdadeira sintonia entre o pesquisador e seu objeto de estudo. Ao lado do engajamento do pesquisador com o presente e a transitoriedade do conhecimento, há a diversidade de interpretações possíveis, a multiplicidade de perspectivas analíticas, que são constantemente refeitas junto aos parâmetros e categorias. Esses estudos não representam opção para o pesquisador preocupado com um método que pressuponha equilíbrio, estabilidade e funcionalidade. Tal temática é extremamente abrangente e impõe dificuldades para definições precisas, exige criatividade, sensibilidade e imaginação, num campo minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambigüidades, caminho inóspito para quem procura marcos teóricos fixos e definidos.